

Memória e apagamento: ensaio sobre a desmonumentalização

Daniel Mata Roque

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (pós-doutorado)

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-8314-5329>

E-mail: danielmataroque@gmail.com

Fernando Porto

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2880-724X>.

E-mail: fernando.porto@unirio.br

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discutir as homenagens às personalidades históricas nos espaços públicos da cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, utilizamos como documentos de análise as placas de rua e as estátuas observadas na paisagem carioca em nosso dia a dia e, a fim de demonstrar a atualidade do tema e sua penetração como debate na sociedade, trouxemos como fonte diversas matérias jornalísticas digitais. O aporte teórico escolhido tem como base os textos de Paulo Knauss, Valéria Salgueiro e Jacques Le Goff. A discussão aponta para o movimento contemporâneo de derrubada, alteração e ressignificação das homenagens públicas, em uma disputa permanente pela memória. Nas considerações finais, defendemos a ideia da busca pelo equilíbrio político, simbólico e histórico, justificando as ideias de ressignificação, coabitação e multiplicidade para as homenagens públicas e os espaços de memória já existentes ou ainda a serem erigidos.

Palavras-chave: memória; disputas de memória; homenagens públicas; monumentos; estátuas.

Memory and erasure: essay on demonumentalization

Abstract: This article aims to discuss tributes to historical personalities in public spaces in the city of Rio de Janeiro. To this end, we used street signs and statues observed in the Rio landscape in our daily lives as analysis documents and, in order to demonstrate the topicality of the topic and its penetration as a debate in society, we brought several digital journalistic articles as sources. The chosen theoretical contribution is based on texts by Paulo Knauss, Valéria Salgueiro and Jacques Le Goff. The discussion points to the contemporary movement of overturning, altering and resignifying public tributes, in a permanent dispute for memory. In the final considerations, we defend the idea of searching for political, symbolic and historical balance, justifying the ideas of resignification, cohabitation and multiplicity for public tributes and memory spaces that already exist or are yet to be built.

Keywords: memory; memory disputes; public tributes; monuments; statues.

Introdução

Em 2012 o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) promoveu um concurso intitulado “O maior brasileiro de todos os tempos”, a fim de eleger, por votação popular, o detentor de tal título. Na rodada final consagrou-se o médium espírita Chico Xavier, com 71,4% do total de mais de um milhão de votos, eleito então o maior brasileiro de todos os tempos (O maior [...], 2012).

Em segundo e terceiro lugares, respectivamente, ficaram Alberto Santos=Dumont¹ (16,7%) e a Princesa D. Isabel (11,9%) (O maior [...], 2012). O inventor do avião e a monarca exilada eram amigos e conviviam na vida social parisiense dos primeiros anos do século XX, com mútuas homenagens e trocas de presentes simbólicos, como a medalhinha de São Benedito, dada por D. Isabel a Santos=Dumont para sua proteção durante os voos pioneiros (Hoffman, 2010; Roque; Porto *in* Bergo; Natal, 2024).

De acordo com essa votação, trata-se do segundo maior brasileiro e da maior brasileira de todos os tempos, assim reconhecidos pela população. Ambos foram alvo de variadas homenagens póstumas, algumas de natureza abrangente e perene. Eles se destacam, por exemplo, como denominações de logradouros públicos e em representações de estátuas e bustos.

Uma rápida pesquisa na internet com o nome de ambos justapostos nos leva a alguns cruzamentos interessantes, como dois bairros batizados Santos Dumont, um em Alagoas e outro em Sergipe: no primeiro, em Maceió, há a Rua Princesa Isabel; no segundo, em Aracaju, há o Conjunto Princesa Isabel, um centro comercial na Rua Juiz Mario Almeida Lobão. Surge na busca, ainda, uma página do *Google* que nos informa as cinco melhores maneiras de se deslocar do Aeroporto Santos Dumont, no Centro do Rio de Janeiro, até a Avenida Princesa Isabel, no bairro de Copacabana, onde na esquina com a Avenida Atlântica e de frente para o oceano homônimo ergue-se uma estátua da homenageada.

Essa estátua esteve recentemente ameaçada de destruição (Monarquistas [...], 2020), no bojo de um movimento revisionista crescente que busca derrubar monumentos e retirar

¹ O inventor mineiro Alberto Santos=Dumont (1873-1932) fazia questão de assinar utilizando o sinal de igual entre os sobrenomes, honrando suas origens e sua atuação no Brasil e na França, grafia que adotamos ao longo deste texto.

homenagens públicas realizadas a figuras que, vistas sob o olhar do presente, não se alinham a alguns discursos políticos contemporâneos. Partindo deste exemplo pontual para uma visão mais geral, observamos um amplo processo de desmonumentalização.

Utilizamos como conceito de desmonumentalização a ideia da retirada intencional de monumentos e homenagens – principalmente de caráter público e coletivo – a figuras, datas ou fatos do passado, de maneira tanto física quanto simbólica, com o objetivo consciente de ressignificar sua simbologia e fazer com que não mais sejam vistos como manifestações relevantes do passado e exemplos para o futuro, substituindo-os por outros (novos) monumentos (Abbagnano, 2012, p. 91). Essa desmonumentalização pode se dar de maneira legal, com uma decisão política ou judicial, ou de maneira ilegal, com a destruição e o furto.

Isso posto, o objetivo do presente texto é discutir as homenagens às personalidades históricas nos espaços públicos da cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, utilizamos como documentos de análise as placas de rua e as estátuas observadas na paisagem carioca e, a fim de demonstrar a atualidade do tema e sua penetração como debate na sociedade, trouxemos como fonte diversas matérias jornalísticas digitais. O aporte teórico escolhido para a discussão tem como base os textos de Paulo Knauss, Valéria Salgueiro e Jacques Le Goff.

Nas escolhas dos casos analisados e dos exemplos discutidos, a respeito de monumentos erigidos, retirados, atacados, ameaçados ou coexistentes, os autores adotaram dois critérios complementares: 1) ao longo da pesquisa de quatro anos, foram coletadas matérias jornalísticas de aderência publicadas na mídia não especializada e na grande imprensa brasileira, portanto que ultrapassaram o espaço acadêmico e tiveram impacto político e social mais amplo, tornando-se debate na vida nacional diária; 2) de forma arbitrária, crítica e fundamentada no contexto pesquisado, os autores somaram a esses casos os exemplos de monumentos de seu dia a dia, que vislumbram em sua vizinhança ou em seus trajetos, e que se prestam à presente discussão teórica (Alves-Mazzotti; Gewandsznajder, 2001).

Estátuas e logradouros públicos: uma disputa de memória

O ato de batizar logradouros com nomes de figuras públicas marcantes reveste-se em homenagem significativa e biologicamente viva, pois se insere na rotina da cidade, no dia a dia das pessoas, referência de onde residem ou passam. Tais nomes trazem o efeito de referir ao serem preenchidos em formulários de endereço, seja para correspondências pelo correio ou para chamar transportes de aplicativo, dentre tantos outros exemplos.

A homenagem de pedra e bronze na forma de bustos e estátuas (Salgueiro, 2008), memórias gravadas no “bronze que eterniza”, nas palavras do historiador dos monumentos nacionais João Baptista de Mattos (1960, p. 4), é também registro comum e muito significativo. Essa representação física e pública, o conjunto de monumentos deixados pela humanidade (Rigoni, 2005, p. 15), pode transformar qualquer esquina de uma cidade em um museu, em uma aula, em um lugar de memória nacional ou local (Nora, 1993). Suas posições se tornam referências no caminho de pedestres, sob suas sombras se marcam encontros.

Mediante ao exposto, fica, possivelmente, na mente de alguns a curiosidade de saberem quem foram essas pessoas de carne e osso, antes de se tornarem nomes públicos em ruas, placas, monumentos e similares, bem como o porquê de serem eles merecedores de homenagens.

Segundo o historiador Paulo Knauss, a lógica monumental tem como principal característica “uma estrutura narrativa que define a escultura como produto de representação do passado e que ordena uma determinada leitura da história” (Knauss, 2000, p. 192).

Nesse sentido, diz tanto do personagem ou da época que representa quanto dos personagens que a conceberam e da época em que foi feita – talvez mais destes últimos. Percebemos que as estátuas e as placas, apenas secundariamente, homenageiam os mortos: elas servem, prioritariamente, para educar os vivos. A historiadora Valéria Salgueiro destaca que o monumento não é inocente, pois sempre se origina de esforços conscientes para uma construção política e narrativa patrocinada por determinado grupo e sua visão. Neste sentido, “todo monumento potencialmente encerra tanto celebração quanto conflito” (Salgueiro, 2008, p. 20).

Importante destacar que a iniciativa da monumentalização, embora mais comum, não é exclusiva do Estado, sendo possível observarmos nos séculos XIX e XX a subscrição popular para erigir estátuas, bustos, arcos e colunas. O espaço público é, assim, também palco de expressão para correntes não oficiais (Knauss, 2000).

Modelo conhecido desde a Grécia Antiga e o Império Romano (Salgueiro, 2008, p. 25), a estatuária pública cívica e histórica é revalorizada após a Revolução Francesa como forma de expressão política relacionada à ideia de laicidade e soberania popular (Knauss, 2000, p. 175). O monumento geralmente nasce com uma proposta pedagógica e uma pretensão à perene imortalidade.

É relevante, porém, observar que essa presença material e simbólica tem sido alvo de ataques. Curioso caso, portanto, em que a eternidade pode ser finita. O movimento contestatório global não é novo, mas ganhou forte impulso e nova projeção a partir de 2020.

Uma reportagem jornalística sobre a decisão da cidade de Londres em rever monumentos públicos ligados à escravidão após a derrubada da estátua de Edward Colston, por manifestantes, na primeira semana de junho de 2020, revela em seu primeiro parágrafo a mudança do paradigma político tradicional, a globalização, a diversidade e a pluralidade dos discursos de memória oscilantes, em ambiente de impossível homogeneização: logo na primeira linha é anunciada a criação de uma comissão de revisão por decisão do prefeito de Londres, Sadiq Khan (Londres [...], 2020).

Nascido em Londres, Khan é filho de imigrantes paquistaneses e o primeiro prefeito muçulmano de uma capital do Ocidente (London [...], 2016). Dois anos depois, em outubro de 2022, Rishi Sunak, político britânico conservador filho de indianos, tornou-se o primeiro hindu a ocupar o cargo de Primeiro-Ministro do Reino Unido. É fácil perceber, nesse rápido exemplo, as mudanças em curso e os novos alcances das disputas de poder em torno da memória oficial e da representação popular e nacional. É o momento de discutir qual ideal de Nação está presente em cada herói nacional eleito, que traz consigo uma época e uma visão de mundo.

Como nos chama a atenção Paul Ricoeur (2007), a história não é apenas uma narrativa da memória, mas também do esquecimento. Ela é seletiva, destaca Michael Pollak (1992, p. 203). Esquecer e lembrar não seriam, portanto, excludentes ou antagônicos, mas

duas partes do mesmo processo. Pierre Nora (1993, p. 7) diz que falamos da memória quando ela não mais existe como presente, sustentando que ela não existe de forma espontânea e, por isso, nascem os lugares de memória, com o objetivo explícito de combater a amnésia. São os exemplos do que aqui abordamos: esculturas públicas e nomes de logradouros, populares lugares de memória.

A memória, no entanto, não é passiva ou unânime, mas um campo de disputa por excelência, nas palavras da historiadora Cláudia Mesquita (2009, p. 19). Lembranças e esquecimentos equilibram-se e competem por reconhecimento e aclamação (Mesquita, 2009, p. 171).

A derrubada do monumento londrino, embalada pelos protestos antirracistas que correram o mundo após o assassinato do negro americano George Floyd por um policial branco, retrata um forte embate entre lembrar e esquecer. Particularmente, observamos a disputa pelo espaço público, pela memória e pela monumentalização – disputa que é, conforme analisado por Jacques Le Goff (1996), amparada nas disputas e construções do presente, e não do passado.

Diz Le Goff (1996) que a oposição entre passado e presente não é neutra, mas carrega em si uma construção hierarquizada e tentativas de atribuição de valores, em geral subordinando o passado ao presente. Assim, a construção da memória coletiva é parte da luta de forças sociais pelo poder (Le Goff, 1984), e os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos, uma vez que “tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (Le Goff, 1984, p. 426). É uma grande preocupação do presente.

O domínio dessa narrativa pública é o objetivo final das disputas que estamos a analisar, pois permite a legitimação de um discurso social e político, a criação da identidade de grupo e a naturalização de posições ideológicas pensadas. O herói nacional eleito e aceito como exemplo, a estátua que restar de pé no meio da praça e o nome público dito com familiaridade darão o tom para as vivências coletivas e as construções futuras.

A partir desse entendimento analisaremos, a seguir, alguns exemplos históricos e contemporâneos de desmonumentalizações históricas, sociais e políticas, oficiais ou marginais. Na sequência, argumentaremos no sentido contrário, enaltecendo a convivência heterogênea.

Processos de desmonumentalização

O passado é imutável, variam apenas as visões retrospectivas do presente sobre ele. Como veremos adiante, é corrente localizar na imprensa e em discursos políticos contemporâneos a pretensão de apagar o passado, os fatos e os personagens que não se enquadram em algumas linhas de pensamento do mundo contemporâneo. Pedimos vênia para argumentar no sentido contrário, no sentido da convivência póstuma de correntes díspares.

Retirar as estátuas do ambiente citadino coletivo, removendo seu caráter monumental e de homenagem, surge-nos como algo contraproducente e anti-histórico. Pesquisadores envolvidos na celeuma e divulgados na imprensa sustentam que a proposta dita revisionista deveria passar por contextualizar a população sobre quem foi tal personalidade hoje questionada, o que fez, porque e em qual momento histórico foi homenageada (Derrubar [...], 2020; Estátuas [...], 2020).

Para tanto, isso não significa referendar uma homenagem de tempos idos, mas também não cabe a sua eliminação. Na(s) nova(s) visão(ões) historiográfica(s), serão apagadas as menções aos déspotas e criminosos? Como aprenderemos a partir desses erros? Tais abordagens abririam caminho para revisionismos perigosos e novas interpretações “da(s) verdade(s)”, evoluindo para um cenário mais preocupante: o negacionismo e o apagamento intencional.

Se tais abordagens abrem possibilidades para novas versões e interpretações, caminho próprio da pesquisa acadêmica, cabe destacar que também corremos o risco de se criar vieses de verdades. Desta forma, seja como for, as representações são polissêmicas, mas não podemos esquecer que vivemos em regime político democrático, que preza pela pluralidade de ideias.

Na sequência das manifestações de cunho antirracista em 2020, o clássico filme *...E o vento levou* (1939), baseado no romance homônimo de 1936 e premiado com oito estatuetas do Oscar, foi retirado do catálogo de *streaming* da rede americana HBO. Por considerar que o filme traz “representações racistas [que] estavam erradas na época e estão erradas hoje” devemos simplesmente agir como se nunca tivesse existido? (*E o vento [...]*, 2020).

O filme rendeu a Hattie McDaniel o Oscar de Melhor Atriz Coadjuvante, sendo ela a primeira pessoa negra a receber tal prêmio, a ser indicada ao Oscar e mesmo a comparecer à cerimônia de premiação (Hattie [...], 2020). Todo esse pioneirismo, esse marco histórico, será esquecido junto com o filme? Algum tempo depois a obra voltou ao catálogo, acompanhada de uma contextualização crítica por escrito.

O que esquecer e lembrar? Não estaríamos caminhando para uma possível censura em tempos de democracia, quando a diversidade e a pluralidade devem ser a tônica? Assim sendo, de que maneira poderíamos evitar os apagamentos, não repetir os erros do passado no presente, não agir como se a desmonumentalização fosse resolver o que aconteceu em tempos passados? Lembrar dos equívocos e das injustiças, por exemplo, é também não esquecer para não se repetir o que aconteceu nem banalizar o sofrimento.

Naturalmente, conviver no espaço coletivo com a imagem de tiranos, de pessoas de quem não queremos mais lembrar – por vezes vítimas convivendo com a homenagem a seus algozes – é incômodo e até perturbador. Por outro lado, é também necessário, pois a história não é escrita apenas pelos benfeitores. Logo, apagá-las é, como se diz na voz corrente, colocar o pé para debaixo do tapete, sem procurar entender ou recriar o sentido dado ao termo monumento.

Algumas famosas desmonumentalizações ocorreram diante de registros fotográficos e tornaram-se marcos históricos, como a retirada da bandeira nazista do parlamento alemão por tropas soviéticas em 1945 ou a derrubada da estátua de Saddam Hussein na capital iraquiana em 2003, além das derrubadas dos símbolos comunistas no Leste Europeu após a queda do Muro de Berlim, nos anos 1990, incluído o próprio muro. Em dezembro de 2024, com a queda do regime de Bashar Al-Assad na Síria, estátuas de seu pai – o também ex-ditador sírio Hafez al-Assad – foram derrubadas em várias cidades do país, e o mausoléu-

monumento com seus restos mortais foi incendiado, com transmissão ao vivo na internet (Mausoléu [...], 2024).

Incontáveis bandeiras nacionais foram alteradas ao longo dos séculos para significar mudanças sociais e políticas, conservando resquícios do passado ou rompendo totalmente com ele. Em alguns casos, como no brasileiro, as antigas bandeiras foram depois oficializadas por lei como bandeiras históricas, voltando a serem exibidas pública e oficialmente.

Essas ações, no entanto, estão diretamente associadas à queda do regime político que representam, ao calor da luta física do momento. O movimento de derrubada de monumentos históricos que aqui analisamos, por outro lado, remete principalmente a uma luta simbólica, reforçando o caráter de atrito constante da memória social, de disputas entre grupos e intragrupos para estabelecer uma “história oficial”, uma “história correta” (Peralta, 2007, p. 7). O presente que, para seus usos e por seus interesses, reconstrói o passado – ou a narrativa sobre o passado (Le Goff, 1996).

A derrubada de estátuas de comerciantes de escravos, com todo o repúdio que merecem, e a eventual substituição por símbolos de resistência da comunidade negra não impedirão que, neste espírito, em algumas décadas ou séculos, os novos monumentos sejam derrubados para enaltecer a “memória louvável” do novo grupo então dominante, cristalizando a alternância de poder e reforçando a memória, necessariamente, como uma construção (efêmera) do presente. Não se pode esquecer a escravidão, é preciso falar do racismo para ser antirracista. É preciso contexto histórico.

Em variadas ocasiões surgiu na dita opinião pública brasileira a discussão sobre rever nomes de logradouros públicos que homenageavam classes políticas derrotadas, associadas ao passado autoritário ou escravocrata brasileiro. Não parece ter prosperado plenamente, ainda. Um exemplo concreto destas lutas simbólicas ocorridas no Brasil do século XIX envolveu as memórias de Tiradentes e D. Pedro I, conforme analisado com maestria pelo imortal José Murilo de Carvalho (1990, p. 55).

Em 1864 o governo imperial inaugurou uma estátua equestre do ex-imperador na Praça da Constituição, local politicamente importante em que Pedro, quando príncipe regente, jurara a primeira carta magna portuguesa. A mesma praça, porém, fora palco da

execução do famoso inconfidente mineiro em 1792, alçado a herói nacional pelo regime republicano (Carvalho, 1990, p. 61).

Em 1890, na primeira celebração oficial da Inconfidência Mineira, o local foi rebatizado como Praça Tiradentes e veio a proposta de retirar o monumento imperial. Afinal, tratava-se do neto de D. Maria I, a rainha de Portugal que ordenou a morte do revolucionário. A praça passou a reunir homenagens tanto ao ideal revolucionário, quanto, de certa forma, ao regime que impediu a revolução. Tiradentes e D. Pedro I viraram coabitantes memoriais. Logo, ao preservar ambos, a memória e a escrita da história podem (re)ver e produzir conhecimento com suas múltiplas versões e interpretações.

Muito se discutiu e brigou por nomes e locais, por enaltecimentos aparentemente excludentes: afinal, era “justo” misturar nos locais e nas nomenclaturas dois polos antagônicos da luta política pela emancipação nacional? Segundo Knauss (2000, p. 192), a inauguração da estátua do ex-imperador, em 1864, iniciou no Brasil o processo de monumentalização cívica e histórica do espaço público.

Uma estátua do agora Patrono Cívico da Nação Brasileira viria apenas seis décadas depois, em 1926, e em outro local: junto ao Palácio Tiradentes, edifício homônimo que serviria de sede à Câmara dos Deputados, construído no local onde o mártir esteve preso no período colonial. Ao final, portanto, ambas as estátuas ficaram de pé e convivem na paisagem e na memória urbana carioca – a lógica que defendemos neste ensaio reflexivo.

Outra descendente da dinastia bragantina esteve na mira recentemente: em junho de 2020, no contexto de derrubada internacional, diversas ameaças postadas nas redes sociais foram dirigidas à já mencionada estátua da Princesa Isabel, localizada na avenida de mesmo nome em Copacabana, no Rio de Janeiro (Monarquistas [...], 2020).

O monumento foi inaugurado em 1996, parte das celebrações do sesquicentenário de nascimento da filha do último imperador. Grupos críticos à imagem de uma mulher branca e loura como símbolo do fim da escravidão prometeram lançar a estátua ao mar. Movimentos conservadores e monarquistas solicitaram fiscalização da Polícia Militar e passaram semanas em vigília em torno do monumento, enfeitando a base da escultura com coroas de flores. Até agora, a Redentora resiste na paisagem carioca.

Em novembro de 2016, em Goiânia-GO, uma estátua em homenagem a Santos=Dumont e outra em memória dos bandeirantes nacionais “sofreram ataques de vândalos, que depredaram, jogaram tinta e roubaram placas de mármore” (Prefeitura [...], 2016). Ambas foram restauradas e seguem de pé.

Até mesmo na cidade de Santos Dumont-MG, onde nasceu o pioneiro aeronauta e que foi assim renomeada uma semana após sua morte em 1932 como auge da homenagem e do avivamento memorialístico, a presença física encontra obstáculos: em 2018, uma estátua de Santos=Dumont em tamanho natural, representando o avião sentado em um banco de praça no centro da cidade, foi vandalizada e teve partes quebradas (Após sofrer [...], 2018). Recuperada pelo escultor original, retornou para o mesmo ponto, com cerimônia de reinauguração.

Caso de repercussão nacional foi o incêndio à estátua do bandeirante Borba Gato, inaugurada em São Paulo-SP em 1953. No mês de julho de 2021 um grupo de manifestantes espalhou pneus no entorno do monumento de treze metros de altura e lhe ateou fogo durante a noite, em um ato abertamente político (Estátua [...], 2021). O incêndio foi controlado e a escultura não foi seriamente danificada, permanecendo no mesmo local – ao passo que gerava intensos debates pelo país sobre o papel dos colonizadores na expansão e consolidação do território nacional ao custo de milhares de mortes de negros e indígenas, frequentemente escravizados e aculturados, mas também integrados.

A estátua passou dias com guarda montada pela Polícia Militar, e ao menos dois ativistas que assumiram a autoria do ataque foram presos (Prisão [...], 2021). Os bandeirantes, aliás, têm sido alvo preferencial de ataques e revisionismo no Brasil: em 2016 a mesma estátua foi atacada com tinta vermelha, e em 2020 uma manifestação colocou crânios cenográficos aos seus pés, declaradamente “com o objetivo de ressignificar a história das figuras que representam” (Crânios [...], 2020). Evidente disputa de memória, de controle narrativo.

Tais monumentos são alvos de um movimento iconoclasta revisionista – e, podemos dizer, negacionista –, ideologicamente engajado. Existe também um vandalismo apolítico e um vandalismo com finalidade pecuniária, visando principalmente (e ironicamente) esse mesmo “bronze eternizador” já mencionado, como no caso da estátua de Rosa da Fonseca,

mãe do nosso primeiro Presidente da República e escolhida Patrona da Família Militar, cuja estátua de cerca de 400 quilos e dois metros de altura, parte do monumento fúnebre que guarda as cinzas de seu filho chefe de Estado no Rio de Janeiro, foi roubada durante uma madrugada de 2020 – inferimos que tenha sido derretida e vendida (Estátua [...], 2020).

Estamos aqui, porém, nos referindo ao conceito de desmonumentalização, portanto intencional na retirada e na substituição, ligado a um movimento político internacional específico, que não busca debater por discordar, mas apagar por discordar.

As disputas de memória na paisagem do Rio de Janeiro

Em outubro de 2023 a Câmara Municipal do Rio de Janeiro aprovou a Lei nº 8.205/2023, que proíbe “manter ou instalar monumentos, estátuas, placas e quaisquer homenagens que façam menções positivas e/ou elogiosas” a cidadãos considerados “escravocratas, eugenistas e pessoas que tenham perpetrado atos lesivos aos direitos humanos, aos valores democráticos, ao respeito à liberdade religiosa e que tenham praticado atos de natureza racista” (Aprovado [...], 2023). Para as estátuas já existentes que atentem contra tais critérios, a legislação prevê a retirada e a musealização (Aprovado [...], 2023).

O dispositivo legal, no entanto, não prevê quem fará tal julgamento, qual tribunal histórico será constituído para analisar biografias tão espaçadas no tempo quanto o Padre Antônio Vieira (1608-1697) e o Marechal Humberto Castello Branco (1897-1967), passando pelo Duque de Caxias (1803-1880) e o Marquês do Lavradio (1699-1760), todos na alça de mira dos legisladores autores do projeto, segundo noticiado pela imprensa (Projeto [...], 2023) – *a posteriori*, lamentavelmente, pois a sociedade carioca não foi chamada a um debate amplo e franco dentro da sensível temática.

Em uma reviravolta política própria da sensibilidade do tema e da atualidade da história, a lei foi revogada em dezembro de 2024, ainda na mesma legislatura municipal e com mudanças de votos de vereadores, após a repercussão pública da primeira aprovação (Câmara [...], 2024). No mesmo mês, uma decisão judicial tenta obrigar o município de São Paulo a retirar os nomes de logradouros públicos relacionados ao período autoritário do Regime Militar (1964-1985) (Justiça [...], 2024).

Podemos apontar aqui a questão central nos debates historiográficos: o perigo do anacronismo. Como encaixar nos atuais conceitos de direitos humanos as pessoas que viveram no Brasil colonial do século XVI? Como enxergar em perspectiva histórica a propriedade de pessoas escravizadas, por exemplo, hoje imprescritível crime contra a Humanidade e por trezentos anos prática comum e oficial no Brasil, ainda que a observemos como sempre odiosa e imoral? (Nabuco, 2010, p. 12).

Para o estudo com base no conhecimento científico do processo histórico, não se pode olhar o passado com os olhos do presente e esperar que figuras humanas de séculos idos vivessem, não dentro de seu próprio tempo, mas do nosso. A necessária contextualização não tem o condão de transformar-se em legitimação de crime e violência, mas de evidenciar um processo e uma época.

O nome Coronel Moreira César em uma rua de Niterói nos relembra um militar que tombou em Canudos no cumprimento do dever de defender a estabilidade do Estado constituído e também um homem que ofendeu a lei ao ordenar verdadeiro massacre contra revoltosos já vencidos e aprisionados durante a Revolução Federalista. Essa homenagem, dentre tantas – talvez todas? –, deve ser objeto de debate e estudo, buscando compreender quem foi o homem e a sociedade que o homenageou dessa forma.

O personagem foi importante na construção do Brasil que temos hoje, de fato, em aspectos que não podem ser reduzidos de forma simplista a “bom” ou “mau”. Com as homenagens que merece o ator Paulo Gustavo, tentar apagar Moreira César é uma atitude anti-histórica, talvez tomada pela emoção, que inviabilizaria mesmo sua discussão crítica (Niteroienses [...], 2021).

A Avenida Presidente Vargas será renomeada para esquecermos o ditador? E como fica a Avenida Luiz Carlos Prestes, nome que certamente infringiu a lei e ofendeu os direitos humanos com a Coluna e a Intentona? A ponte deixa de ser Presidente Costa e Silva e o hospital deixa de ser Dr. Ernesto Che Guevara? Quem sobrarão como nome honrado e homenageável?

Até as mudanças mudam de significado e tomam novos sentidos. Na década de 1920 a Praça Vieira Souto, homenagem então recente ao antigo prefeito carioca na região da esplanada do Morro do Senado, foi renomeada como Praça da Cruz Vermelha, uma vez que

foi construído ali o suntuoso edifício-sede da instituição, iniciado em 1919 e inaugurado em 1924. A mudança, percebe-se, não denotava revisão ou substituição, mas uma readequação dos espaços: cedendo lugar físico à instituição que se afirmava, o nome do engenheiro foi dado a uma nova avenida aberta no bairro de Ipanema nas comemorações do Centenário da Independência, mesmo ano de seu falecimento (Porto; Amorim, 2007).

Movimentações e trocas podem ser mais comuns do que a perenidade de pedra e bronze tende a induzir: em 1947, o Monumento a Benjamin Constant, inaugurado vinte anos antes, cedeu seu lugar prestigioso diante do então Quartel-General do Exército, às margens da recém-construída Avenida Presidente Vargas, para o Panteão de Caxias, que guarda os restos mortais do patrono militar e dá nome ao novo edifício do QG: Palácio Duque de Caxias.

O novo homenageado é representado no panteão em uma estátua equestre que já tinha CEP anterior: inaugurada em 1899, ficava na Praça Duque de Caxias, no Catete, que após perder o monumento retomou o nome de Largo do Machado – hoje um bairro carioca –, homenagem desde o século XVIII a um proprietário de terras na região (Salgueiro, 2008). Essa mesma estátua é um dos alvos da lei municipal mencionada anteriormente (Vereadora [...], 2023).

Benjamin Constant, o republicano positivista considerado fundador da República, mas com menos valor político na década de 1940, foi transferido para o interior da Praça da República, antigo Campo de Santana, em frente ao local original: manteve-se no espaço público, embora com menos visibilidade (Salgueiro, 2008, p. 171). Outro aspecto evidencia hoje a hierarquização simbólica entre os dois monumentos, com o marcante esvaziamento da homenagem ao positivista: enquanto o Panteão de Caxias é guardado permanentemente por soldados do Exército, o Monumento a Benjamin Constant está abandonado e depredado, tendo já perdido diversos componentes de bronze, furtados ao longo dos anos.

O sentido de cada homenagem, as possibilidades de comunicar o passado ao futuro que tenta expressar, podem acabar se perdendo com o tempo, mas sua permanência física no espaço as torna capazes de ressignificações. Talvez o mais modelar exemplo de ressignificação no cenário memorialístico carioca seja o/a Marquês de Sapucaí. Há ainda os

nomes que mudam e desmudam ao sabor da política do tempo presente, como no caso histórico e turístico dos endereços de Petrópolis-RJ, que foram de monarquistas a republicanos para retornarem às homenagens imperiais.

Sem necessidade de substituição, as mais variadas correntes e linhas de pensamento podem conviver e discutir, submeter-se ao debate e à problematização. Inimigos em vida podem tornar-se estátuas vizinhas ou esquinas movimentadas na geografia da memória nacional. É esse aspecto que pretendemos sustentar.

Fato comum nas revoltas e revoluções brasileiras – que, vitoriosas ou não, geralmente terminam em anistia e reintegração –, os diversos lados em combate logram receber homenagens com o passar dos anos: na Zona Sul carioca convivem as ruas Cinco de Julho e Siqueira Campos com Arthur Bernardes e Epitácio Pessoa, Borges de Medeiros com Assis Brasil. Adversários na Revolta da Armada e na Revolução Federalista – consolidadoras do regime republicano e um dos mais sangrentos episódios de guerra civil –, os republicanos florianistas Gustavo Sampaio, Gomes Carneiro, Pinheiro Machado, Almirante Gonçalves e Júlio de Castilhos coexistem nos endereços cariocas junto com os rebeldes Saldanha da Gama, Custódio de Melo, Barão do Serro Azul e Gumercindo Saraiva.² São alguns dentre centenas de exemplos possíveis no mesmo sentido.

Derrotado na Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), o antigo ditador paraguaio que invadiu o território brasileiro é homenageado com a Travessa Solano Lopes no bairro carioca de Benfica e com a Rua Marechal Francisco Solano López em Foz do Iguaçu-PR, na região da tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai. Responsável pelo “contragolpe da legalidade” em 1955, o Marechal Henrique Lott é nome de avenida no Rio de Janeiro, assim como o presidente deposto Carlos Luz e o derrotado conspirador Carlos Lacerda, que nomeiam ruas cada qual em diferente bairro carioca.

A Ilha de Villegaignon, sede da Escola Naval, que forma a oficialidade da Marinha do Brasil, preserva o nome do francês imortalizado em nossa historiografia como o invasor estrangeiro que os portugueses lutaram para expulsar de sua colônia (Magalhães, 1998, p. 124). E estes que o expulsaram, nomes como Mem de Sá e seu sobrinho Estácio de Sá,

² Estes dois últimos já no Grande Rio, região metropolitana da capital, em Nova Iguaçu e São Gonçalo, respectivamente, mas também em outras capitais estaduais, como Curitiba e Porto Alegre.

consagrados como os fundadores do Rio de Janeiro, são também alvo de diversas homenagens: Mem de Sá é nome de avenida no bairro carioca da Lapa e o Monumento a Estácio de Sá³, no Aterro do Flamengo, olha de frente para a Baía de Guanabara, onde situa-se a ilha que homenageia o francês expulso. Estão ambos indelévelmente ligados à história do local, ainda que disputando com interesses opostos, e por isso ali sobrevivem lado a lado.

Na outra margem da mesma baía há também uma Rua Mem de Sá, na niteroiense Icaraí, e observa aos outros, de frente, a estátua de Araribóia, o indígena que se aliou aos portugueses para combater os franceses. Um pouco mais distante, no litoral paulista de Ubatuba, ergue-se uma estátua em homenagem a Cunhambebe, o líder da Confederação dos Tamoios que se aliou aos franceses e combateu os portugueses até a Paz de Iperoig (Magalhães, 1998, p. 124). Em sua homenagem há ainda, no litoral sul fluminense, o Parque Estadual Cunhambebe. Existe proposta para substituir a estátua paulistana de Borba Gato por uma homenagem a Aimberê, também líder tamoio (Mudança [...], 2021). Não podem coexistir as homenagens a ambos? Cremos que podem e devem, em alinhamento à multiplicidade de vozes e versões hoje tão almejada.

Em outro debate bastante atual, que pretende nomear Herói da Pátria o marinheiro João Cândido – já homenageado com estátua no Rio de Janeiro, inicialmente instalada na Praça XV (de novembro) e depois movida para a Praça Marechal Âncora, esta uma homenagem a um militar monarquista veterano da Guerra do Paraguai –, vale questionar qual faceta pretende-se abordar, enaltecer ou apagar (Arias Neto, 2003): o líder de uma revolta democratizante que pretendia assegurar o que hoje chamaríamos direitos humanos ou o insubordinado que comandou um motim violento e provocou a morte de civis inocentes? Não seriam ambas as facetas verdadeiras e coexistentes? Quem será o ungido para escolher e separar? Poderia ter sido diferente? Seria aceitável que se repetisse hoje? A homenagem será uma crítica ao tratamento desumano da chibata ou um enaltecimento da indisciplina e da violência?

³ Seus restos mortais, no entanto, estão em outro endereço: sua sepultura monumentalizada fica na Igreja de São Sebastião dos Capuchinhos, no bairro carioca da Tijuca

Há desejo político e ideológico para a homenagem, mas há também forte oposição (Em carta [...], 2024), demonstrando a atualidade de uma memória centenária, evidenciando como o passado é presente e como as narrativas históricas são poderosas. Basta maioria simples para aprovar? Se a maioria se altera na próxima legislatura (ou, como vimos, na mesma), altera-se também o supostamente perene Livro de Aço dos Heróis e Heroínas da Pátria? O aço garantirá?

Nesse polêmico livro de aço, aliás, constam como Heróis da Pátria tanto D. Pedro I quanto Tiradentes, tanto os quatro mártires de 1932 quanto Getúlio Vargas, o Barão do Serro Azul e Antônio Conselheiro, Deodoro da Fonseca e Caxias, Zumbi e Anchieta, Frei Caneca e José Bonifácio, revolucionários de várias épocas que lutaram por ideais opostos e às vezes entre si, veteranos de todo tipo de conflito, mantenedores ou contestadores da ordem estabelecida, artistas aclamados e até alguns personagens pouco conhecidos do público em geral (Conheça [...], 2023). Em algum momento e por alguma razão minimamente coletiva, foram reconhecidos e misturados.

Outro exemplo que demonstra a atualidade das lutas pela memória é que um dos fatos que marcou a polarizada eleição brasileira de 2018, além da tentativa de homicídio, foi a quebra de uma placa com um nome de rua, réplica de cunho político colocada informalmente por cima da homenagem oficial (Candidato [...], 2018). Qual seria, afinal, o critério para a homenagem pública: fazer algo marcante ou algo bom? Sendo bom, deve ser bom para quem? Quando? Somos levados a acreditar que, ao contrário, há espaço para todos e ampla oportunidade para o contraditório e a diferença.

Às vezes, como vimos, os contrários podem conviver bem próximos: a já mencionada Avenida Princesa Isabel, em Copacabana, faz esquina com a Rua Barata Ribeiro – a realeza e o político republicano certamente nunca estiveram tão alinhados em vida! Interessante observar que a avenida que homenageia a regente imperial foi aberta em 1892, quando o mesmo Barata Ribeiro era prefeito do então Distrito Federal, e o nome “original” da via era Salvador Correia de Sá, homenagem ao primo e sucessor do já citado Estácio de Sá. O nome foi alterado em 1938, como parte das celebrações do cinquentenário da Lei Áurea (Cerqueira; Argon, 2019, p. 693).

Curiosamente, e por razão que ainda não podemos atinar, pois não parece tratar-se de ato desmonumentalizante, a homenagem ao antigo governador colonial não sobreviveu na capital fluminense, mas dá nome a uma rua em Cabo Frio-RJ.

Nessa movimentada esquina monárquico-republicana fica a Praça Demétrio Ribeiro, homenagem a outro político republicano e positivista, e é nesta praça que se acha o Monumento ao Visconde do Rio Branco, estadista conservador e monarquista que presidiu o Conselho de Ministros durante o Império! Inaugurado no bairro da Glória, o conjunto escultórico foi transferido – também nas celebrações de 1938 – para essa esquina que parece resumir a ambivalência do espaço público carioca. Olha de frente o visconde, do outro lado da rua e afastado das disputas políticas que encerraram o século XIX no Brasil, uma estátua de Braguinha, compositor de música popular. Tudo acaba em samba.⁴

Homenagens são disputas e ao, mesmo tempo, possibilidades de ressignificações. No entanto, os seis – Isabel, Barata, Salvador, Demétrio, Rio Branco e Braguinha – continuam a ter espaço na memória, convivem na paisagem carioca e devem ser estudados em seu próprio tempo. Uma multiplicidade simbólica de tradições nacionais inventadas que se complementam ou que entre si concorrem (Hobsbawm; Ranger, 2021), ligando-nos continuamente ao passado e formando a miríade multicultural própria do Brasil e do século XXI.

Não nos assombra a polêmica, mas os perigos tanto do esquecimento quanto do pensamento proibido e do discurso de mão única, em uma via que tem necessariamente – ou minimamente – duas mãos. É evidente que o passado é imutável, mas também que precisa parecer verossímil no presente, com suas versões e interpretações mutáveis mediante as documentações reveladas e a forma como as questionamos. “Quem controla o presente controla o passado, e quem controla o passado controla o futuro” (Orwell, 2021, p. 42). O Ministério da Verdade e os buracos da memória temidos por Orwell não podem nem devem, de novo, deixar o mundo da ficção. A memória está em disputa e construção, apenas nos parece preferível, à simples derrubada, o debate e a coabitação possível.

⁴ Agradecemos ao Prof. Dr. Sebastião Amoêdo de Barros, confrade do IGHMB, pela observação espirituosa.

Considerações finais

Acreditamos ter cumprido o objetivo traçado, de discutir as homenagens às personalidades históricas nos espaços públicos da cidade do Rio de Janeiro. Discutir e aprimorar é preciso, reinterpretar é ato constante, mas apagar é impossível – e indesejável. A memória resiste. Alberto Santos=Dumont e Princesa D. Isabel, duas personalidades históricas nacionais muito conhecidas e homenageadas, exemplos com os quais abrimos o presente texto, frequentemente são alvo de polêmicas e questionamentos, de revisões e releituras. Seus feitos falam por si e sua memória persiste.

Se cada governo constituído ou grupo popular apoiado pela mídia do momento derrubar velhos monumentos para erigir os seus próprios, a memória não existe e a história não tem base. As monumentalizações serão reservadas apenas àquelas figuras que toda a população unanimemente admire no tempo presente? Certamente não haverá nenhuma. Ao contrário, a memória é muito viva e sempre reavivada.

Não nos parece tarefa nada simples atingir um equilíbrio, mas surge como bastante necessário tentar, para entender esse movimento tão contemporâneo. É provável que estátuas que ainda não foram erguidas sejam derrubadas em um futuro próximo, e é a intolerância que gostaríamos de evitar.

Novamente recorrendo ao Marechal Mattos, observemos e preservemos “a mudez dos bronzes, das pedras e dos mármore, o laconismo das inscrições, [...] para que os pósteros conheçam a vida, os feitos e ajuízem o merecimento dos homenageados” (Mattos, 1952, p. IV). O presente questiona o passado, mas não o apaga nem esquece. Não deturpa nem destrói, mas analisa para compreender. E avançar.

Le Goff (1984) defende que a memória coletiva sirva para libertar as sociedades e seus componentes, como cidadãos, e não para tolher e aprisionar. Esse objetivo só pode ser alcançado com o respeito a correntes diversas, e com o esforço da empatia e da honestidade intelectual. Enfim, nos amparamos na famosa assertiva de Peter Burke – pedindo licença para ampliá-la ligeiramente –, entendendo que “a função do historiador é [também] lembrar a sociedade daquilo que ela quer esquecer” (Burke, 2011, p. 22), agora e no futuro. É essa ideia de ressignificação, coabitação e multiplicidade que procuramos defender com este ensaio.

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 6ª ed. São Paulo: Editora WMF, 2012.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **Método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 2001.
- APÓS SOFRER vandalismo, estátua de Santos Dumont é restaurada e retorna à praça principal da cidade. **Portal G1**, 2018. Disponível em <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/apos-sofrer-vandalismo-estatua-de-santos-dumont-e-reformada-e-retorna-a-praca-principal-da-cidade.ghtml>. Acesso em 25 fev 2023.
- APROVADO projeto que proíbe homenagem a escravocratas, eugenistas e violadores dos direitos humanos. **Portal da Câmara Municipal do Rio de Janeiro**, 2023. Disponível em <https://www.camara.rio/comunicacao/noticias/1836-aprovado-projeto-que-proibe-homenagem-a-escravocratas-eugenistas-e-violadores-dos-direitos-humanos>. Acesso em 20 mar 2024.
- ARIAS NETO, J.M. João Cândido 1910-1968: arqueologia de um depoimento sobre a Revolta dos Marinheiros. **Revista História Oral**, nº 6, 2003.
- BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- CÂMARA do Rio revoga lei que proibia monumentos de exaltação a escravocratas. **Diário do Rio**, 2024. Disponível em <https://diariodorio.com/camara-do-rio-revoga-lei-que-proibia-monumentos-de-exaltacao-a-escravocratas>. Acesso em 15 dez 2024.
- CANDIDATO que destruiu placa de Marielle é deputado mais votado no Rio. **Revista Veja**, 2018. Disponível em <https://veja.abril.com.br/politica/candidato-que-destruiu-placa-de-marielle-e-deputado-mais-votado-no-rio>. Acesso em 01 mai 2024.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CERQUEIRA, Bruno da Silva Antunes de; ARGON, Maria de Fátima Moraes. **Alegrias e tristezas**: estudos sobre a autobiografia de D. Isabel do Brasil. São Paulo: Linotipo Digital, 2019.
- CONHEÇA os Heróis e as Heroínas da Pátria. **Sítio digital do Senado Federal**, 2023. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/03/conheca-os-herois-e-as-heroinas-da-patria>. Acesso em 30 abr 2024.
- CRÂNIOS são colocados ao lado de monumentos de bandeirantes para ressignificar história de SP. **Portal G1**, 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/27/cranios-sao-colocados-ao-lado-de-monumentos-de-bandeirantes-para-ressignificar-historia-de-sp.ghtml>. Acesso em 25 fev 2023.
- DERRUBAR todos os monumentos do mundo não muda o que aconteceu, diz vencedor do Pulitzer. **Portal da BBC**, 2020. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53472767>. Acesso em 26 jul 2024.

‘...E O VENTO Levou’ é retirado de streaming após campanha antirracista. **Revista Veja**, 2020. Disponível em <https://veja.abril.com.br/cultura/e-o-vento-levou-e-retirado-de-streaming-apos-campanha-antirracista>. Acesso em 10 jun 2020.

EM CARTA, Comandante da Marinha crítica projeto de senador petista que inclui João Cândido como Herói da Pátria. **Jornal O Globo**, 2024. Disponível em <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/04/24/em-carta-comandante-da-marinha-critica-projeto-de-senador-petista-que-inclui-joao-candido-como-heroi-da-patria.ghtml>. Acesso em 27 abr 2024.

ESTÁTUA de 400 quilos é roubada de monumento em homenagem ao Marechal Deodoro na Glória. **Portal G1**, 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/02/16/estatua-de-400-kg-e-roubada-de-monumento-em-homenagem-ao-marechal-deodoro-na-gloria.ghtml>. Acesso em 19 mar 2023.

ESTÁTUA de Borba Gato é incendiada em São Paulo. **Portal G1**, 2021. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/noticia/2021/07/24/estatua-de-borba-gato-e-incendiada-por-grupo-em-sao-paulo.ghtml>. Acesso em 25 fev 2023.

ESTÁTUAS racistas devem ser derrubadas? Veja o que dizem historiadores. **Portal Terra**, 2020. Disponível em <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/estatuas-racistas-devem-ser-derrubadas-veja-o-que-dizem-historiadores,75394e18101954ae2f8d3cec4180686a799acxa9.html>. Acesso em 26 jul 2024.

HATTIE McDaniel (verbete). **Wikipédia**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Hattie_McDaniel. Acesso em 15 jun 2020.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

HOFFMAN, Paul. **Asas da loucura: a extraordinária vida de Santos-Dumont**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

JUSTIÇA manda Prefeitura de SP mudar nomes de ruas e espaços ligados à ditadura militar. **Portal G1**, 2024. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/12/13/justica-manda-prefeitura-de-sp-mudar-nomes-de-ruas-e-espacos-ligados-a-ditadura-militar>. Acesso em 15 dez 2024.

KNAUSS, Paulo. O descobrimento do Brasil em escultura: imagens do civismo. **Rev. Proj. História**, São Paulo, v. 20, abr 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1996.

LE GOFF, Jacques. Memória in **Enciclopédia EINAUDI I**, Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

LONDON elects Sadiq Khan, first Muslim mayor, after ugly campaign. **Portal CNN**, 2016. Disponível em <https://edition.cnn.com/2016/05/06/europe/uk-london-mayoral-race-sadiq-khan/index>. Acesso em 10 jun 2020.

LONDRES vai rever monumentos após protesto contra estátua de escravocrata. **Revista Exame Digital**, 2020. Disponível em <https://exame.com/mundo/londres-vai-rever-monumentos-protesto-estatua-trafficante-escravos>. Acesso em 10 jun 2020.

- MAGALHÃES, J. B. **A evolução militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.
- MATTOS, João Baptista de. **Os Monumentos Nacionais** (volume V): Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1952.
- MATTOS, João Baptista de. **Os Monumentos Nacionais** (volume X): a Força Expedicionária no bronze. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1960.
- MAUSOLÉU de pai de Assad é incendiado na Síria. **Portal G1**, 2024. Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/12/11/mausoleu-de-pai-de-assad-e-incendiado-na-siria>. Acesso em 12 dez 2024.
- MESQUITA, Cláudia. **Um museu para a Guanabara: Carlos Lacerda e a criação do Museu da Imagem e do Som (1960-1965)**. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2009.
- MONARQUISTAS cariocas vão fazer ato em frente à estátua da Princesa Isabel em Copa. **Portal Lu Lacerda**, 2020. Disponível em <https://lulacerda.ig.com.br/2020/06/monarquistas-cariocas-vaio-fazer-ato-em-frente-a-estatuada-princesa-isabel-em-copa/> Acesso em 20 jul 2024.
- MUDANÇA do monumento Borba Gato para Aimberê Tupinambá. **Blog Petição Pública**, 2021. Disponível em <https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR119919> Acesso em 31 mar 2024.
- NABUCO, Joaquim. **A escravidão**. Rio de Janeiro: Batel, 2010.
- NITEROIENSES votam a favor de trocar o nome da Rua Moreira César para Rua Ator Paulo Gustavo. **Portal da Prefeitura Municipal de Niterói**, 2021. Disponível em <https://niteroi.rj.gov.br/2021/05/08/niteroienses-votam-a-favor-de-trocar-o-nome-da-rua-moreira-cesar-para-rua-ator-paulo-gustavo/> Acesso em 27 abr 2024.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Revista Projeto História, São Paulo. Volume 10, dezembro de 1993.
- O MAIOR brasileiro de todos os tempos. **Portal SBT**, 2012. Disponível em http://www.sbt.com.br/omaiorbrasileiro/fiquepordentro/?id=31071#.U8DhAOx_rwM. Acesso em 20 mar 2024.
- ORWELL, George. **1984**. Jandira-SP: Principis, 2021.
- PERALTA, Elsa. **Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica**. Revista Arquivos da Memória, número 2 (nova série), 2007. Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, Universidade Nova de Lisboa.
- PREFEITURA recupera monumentos Santos Dumont e do Bandeirantes, depredados por vândalos. **Jornal Opção**, 2016. Disponível em <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/prefeitura-recupera-monumentos-santos-dumont-e-do-bandeirantes-81193/>. Acesso em 25 fev 2023.
- PRISÃO de ativista que queimou Borba Gato provoca debate sobre a memória de São Paulo. **Jornal El País**, 2021. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-29/prisao-de->

ativista-que-queimou-borba-gato-provoca-debate-sobre-a-memoria-de-sao-paulo.html.
Acesso em 25 fev 2023.

PROJETO de lei aprovado na Câmara do Rio pode recolher estátuas ligadas ao racismo, escravidão e violação de direitos humanos. **Portal G1**, 2023. Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/10/26/projeto-de-lei-aprovado-na-camara-do-rio-pode-recolher-estatuas-ligadas-ao-racismo-escravidao-e-violacoes-de-direitos-humanos.ghtml>. Acesso em 20 mar 2024.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro. Volume 5, número 10, 1992.

PORTO, Fernando; AMORIM, Wellington (orgs). **História da Enfermagem brasileira: lutas, ritos e emblemas**. Rio de Janeiro: Águia Dourada, 2007.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIGONI, Carmen Lúcia. **Monumentos brasileiros na Itália: honra e glória aos veteranos da FEB**. Curitiba: edição independente da autora, 2005.

ROQUE, Daniel Mata; PORTO, Fernando. Laços de (des)afeto: Alberto Santos=Dumont, Princesa Dona Isabel e os conflitos bélicos. in BERGO, Marcio Tadeu Bettega; NATAL, João Rafael Mallorca. **Sesquicentenário de Alberto Santos-Dumont**. Rio de Janeiro: ArteSam Editora, 2024.

SALGUEIRO, Valéria. **De pedra e bronze: um estudo sobre monumentos – o Monumento a Benjamin Constant**. Niterói: EdUFF, 2008.

VEREADORA do PSOL alega fascismo e tenta retirar estátuas de militares do Rio de Janeiro. **Jornal Gazeta do Povo**, 2023. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/vereadora-do-psol-alega-fascismo-e-tenta-retirar-estatuas-de-militares-do-rio-de-janeiro>. Acesso em 31 mar 2024.

Daniel Mata Roque: Doutor em Ciências. Estagiário de pós-doutorado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra.

Fernando Porto: Doutor em Enfermagem, com estágio pós-doutoral na. Bacharel em Enfermagem e História. Dr. em Enfermagem com pós-doutoramento pela Universidade de São Paulo. Professor Titular da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Docente da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto/UNIRIO e da Pós-Graduação Mestrado - Acadêmico, Profissional e Doutorado.

Texto recebido em: 15/10/2024

Texto aprovado em: 27/12/2024